

13847 - Educomunicação popular e agricultura familiar pelos campos de São Borja

Educommunication popular family farming and the countryside of São Borja

SILVA, Merli Leal¹; 2ALVES, Gibran, 3 STROFF, Luiz Gabriel

1 Universidade Federal do Pampa, merlileal@gmail.com; 2 Universidade Federal do Pampa 3
Universidade Federal do Pampa, luizgstroff@gmail.com

Resumo: Este artigo busca descrever e refletir sobre uma proposta formativa na região fronteira de São Borja, a partir do projeto de extensão pedagogia freireana: a produção Agroecológica com agricultores familiares: certificação, comercialização e comunicação popular. Vamos descrever a etnografia construída a partir do trabalho para a produção de biofertilizante, visando à transição agroecológica em uma (1) pequena propriedade familiar e um (1) assentamento. O método freireano servirá para nortear todas as ações do projeto, considerando o dialogismo, emancipação e politização como pressupostos da intervenção entre os sujeitos do campo e o grupo de pesquisadores extensionistas.

Palavras-chave: Paulo Freire; Educação no campo; Comunicação.

Abstract: This article seeks to describe and reflect on a training proposal in the border region of San Borja from the extension project Freire's pedagogy: Agroecological production with farmers: certification, commercialization and popular communication. We will describe ethnography built from the work to produce biofertilizante, aiming to agroecological transition in two (2) settlements and one (1) small family owned. The method Freire serve to guide all actions of the project, considering the dialogism, emancipation and politicization as assumptions of the intervention among the subjects of the field and the research group extension.

Keywords: Paulo Freire; Education field; Communication.

Introdução

“A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação.” Paulo Freire (1980, p. 40).

A base teórica que deu suporte ao projeto foi a realidade da educação no campo, captada a partir do estudo de autores pontuais e cuidadosamente escolhidos: Ribeiro, Vendramini, Movimento dos Sem Terra (MST), entre outros. Neste trabalho, iremos refletir sobre o novo projeto da pedagogia freireana: educomunicação e agroecologia com agricultores familiares em São Borja.

O contexto da pesquisa-ação

A cidade de São Borja fica aproximadamente a 600 km da capital, Porto Alegre. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), primitivamente, São Borja foi aldeia de indígenas do grupo Tupi-Guarani. O povoado banhado pelo rio Uruguai foi fundado em 1682, ocasião do retorno jesuítico às Missões Orientais, sendo o mais antigo dos chamados Sete Povos das Missões. A produção agrícola é voltada basicamente para a produção de arroz e soja em sistema extensivo. Praticamente não há produção de hortaliças e frutas na cidade, tampouco de forma agroecológica, a agricultura familiar produz pouco e a maioria dos alimentos precisa vir de outras cidades. O uso de herbicidas e agrotóxicos é

predominante, o que é péssimo do ponto de vista ambiental. O método utilizado nas ações de extensão é a pesquisa-ação, que busca refletir sobre os fenômenos sociais na prática, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não-reativa” e “objetiva”. Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. A pesquisa-ação surgiu da necessidade em superar a lacuna entre teoria e prática.

Agricultura familiar e processo de educação popular

Para aprofundar a reflexão em torno do tema da educação no campo com agricultura familiar, é fundamental definir quem são os atores sociais deste contexto. Segundo Neves (2012), a agricultura familiar diferencia-se da agricultura patronal e da agricultura camponesa a partir de um viés organizativo da produção e das relações de trabalho. Neste sentido, é um arranjo produtivo onde os membros da família atuam em todos os processos e são beneficiados por políticas públicas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) decreto número 1.946, (BRASIL, 1996). Segundo a autora citada, trata-se de uma agricultura de subsistência, voltada a suprir as necessidades da família, primeiramente. Outro fator diferenciador desse tipo de produção é que ele é economicamente camponês, isto é, o modo de produzir é orientado por objetivos construídos pela vida familiar e comunidade próxima, integrando-se à vida das cidades através das feiras e mercados. A agricultura familiar no município de São Borja é arregimentada por famílias assentadas e alguns pequenos produtores com terra própria. Foram selecionados dois grupos de sujeitos do campo para o trabalho: um assentamento da área rural de São Borja e uma propriedade rural da agricultura familiar. A dinâmica formativa deu-se em círculos de debate cultura. O Projeto de Formação em empreendedorismo Agroecológico em Sistema de Economia Solidária visa à formação organizacional produtiva de trabalhadores e trabalhadoras do campo-agricultura familiar (assentados ou não) a partir da valorização de seu saber, cultura e identidade. O registro do projeto é composto por várias estratégias educacionais, a saber: *blog*; *fan page*; fotografia; vídeo-documentário de todas as etapas para produção do biofertilizante e aplicação na terra, semeadura e colheita das hortaliças. Na etapa de colheita os agricultores debaterão com a equipe conteúdos sobre comercialização de produtos agroecológicos: produto; preço; ponto de venda; promoção. Vamos descrever o contexto dos sujeitos do campo a partir de um mergulho em suas realidades nas lidas do cotidiano, em assentamentos e em pequenas propriedades.

O cotidiano da vida produtiva no campo

Nos últimos 20 anos, as regiões camponesas sofreram total abandono. Você viaja pelo interior e vê o vazio no espaço rural, nas casas e escolas. Os jovens buscam oportunidades na cidade em função da falta de perspectiva de futuro profissional. Trabalhar na terra é trabalho pesado, e o dinheiro é curto. Os bancos emprestam e depois cobram juros abusivos. Para começar a reverter tal situação, é fundamental esforço coletivo de agentes sociais comprometidos com a mudança a partir da educação popular e da comunicação comunitária. Para tanto, a integração de vários campos do conhecimento no âmbito das instituições federais alocadas na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul pode desvelar possibilidades de crescimento social, econômico e político. A agricultura familiar do município de São Borja, conforme é possível observar em visitas de campo já realizadas, observação indireta e também em reuniões com pequenos agricultores de outros projetos de extensão já

realizados no campus local, carece de conhecimento sobre produção agroecológica e desenvolvimento sustentável. Mesmo o MST, que tem como uma de suas bandeiras esse tema, não mantém em São Borja nenhum assentamento 100% livre de venenos. Vemos o campo como um território com características fundamentais para fortalecer os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável local através da educação, da comunicação popular, da arte, da cultura local mediante o estímulo de práticas cooperativas de economia solidária. Este projeto de extensão pensa o desenvolvimento não como decorrência da ação verticalizada do poder público, mas como resultado da criação de condições para que agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades, de seus constrangimentos e de meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. Para caracterizar o sujeito do campo neste trabalho, utilizamos da etnografia como base metodológica, uma vez que dialoga igualmente com o método freireano. O primeiro foco de investigação-ação nos levou a entender o processo produtivo em propriedades de agricultura familiar, gerenciada por famílias. O segundo foi a construção do processo em dois assentamentos do MST em São Borja.

Agricultura familiar: além do capital

Pensar além do capital, na perspectiva de Mészáros (2002), é fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais, historicamente em transformação. O capital embebe a todos dos valores da sociedade de mercadorias, como algo natural e lógico. Analisar a produção de alimentos pelo pequeno produtor e assentado é buscar entender uma lógica produtiva menos contaminada pela sociedade de consumo pós-moderna. Pensar educação e o trabalho no campo é buscar outras relações de produção.

O trabalho, que deveria ser uma propriedade *interna*, ativa, do homem, em consequência da alienação capitalista se torna exterior ao trabalhador ('o trabalho é exterior ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser essencial; [...] O trabalhador, portanto, só se sente ele mesmo fora de seu trabalho, e em seu trabalho sente-se fora de si mesmo'). (...) A alienação transforma a atividade espontânea no "trabalho forçado", uma atividade que é um simples meio de obter fins essencialmente animais (comer, beber, procriar), e com isso 'o que é animal se torna humano e o que é humano se torna animal'. (MÉSZÁROS, 1981, p. 141).

Agroecologia e educação popular no campo

Segundo Paludo (2001), a educação popular continua viva, atual e necessária. O capital, da forma como se instituiu, gera exploração e opressão. Nesse sentido, o sistema agroecológico nos parece o que mais coaduna com o projeto preconizado pela educação popular. Algumas características citadas por Caldart (2012), no verbete agroecologia, são bastante definitivas como opção produtiva e ideológica, a saber:

[.] é um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas, que em função do capital e da tecnologia foram negligenciadas como opção na produção limpa de alimentos. (CALDART, 2012, p. 57).

Considerações provisórias fundamentais

A vida no campo é difícil. Todas as contradições do sistema capitalista estão personificadas nas relações de exploração e opressão às quais os sujeitos do campo estão submetidos. O sistema social faz o mínimo, há desconhecimento das lutas no campo pela sociedade, gerando discriminação. O sistema escolar não reconhece a especificidade de formação para o campo e cria uma escola “urbana” para os camponeses. As práticas de produção sustentável são vistas como não-rentáveis e atrasadas, o mercado de defensivos e herbicidas químicos só gera baixa produtividade e doenças para quem as utiliza. São fortes os entraves para uma produção limpa, sustentável e solidária. Ainda assim, o território campestre é repleto da riqueza humana, fartura alimentar, simplicidade e solidariedade. Os povos do campo se descobrem sujeitos políticos por intermédio de grupos como o MST e a Pastoral da Terra, e graças ao engajamento de educadores e educadoras que fizeram do campo seu espaço de sociabilidades e troca de saberes. Este projeto está buscando a intensa aproximação da universidade com a produção de conhecimento do campo. Entender a cultura dos assentados e das pequenas propriedades é uma forma de aprendermos outros conteúdos para a criação de uma nova ordem social. Estamos, neste momento, no meio do caminho. Porém, cremos que o maior passo foi ter conseguido entrar, sem preconceitos e com os olhos abertos e cheios de gratidão, por esta forma de produção da vida. A agroecologia é pano de fundo para a criação de um modo de relação social mais solidária e comprometida com a preservação do meio ambiente. Criar uma rede de produção orgânica a partir da troca de saberes, por meio da comunicação, educação e das ciências da terra, é um desafio que se impõe a partir do comprometimento político da equipe multidisciplinar e cooperativa.

Referências bibliográficas:

- BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jul. 1996.
- CALDART, Roseli Salete (Org.) **Dicionário de educação no campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CARNEIRO, Maria Josá; MALUF, Renato (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados básicos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431800>>. Acesso em: 25 jul. 2013.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p.32-38.
- MÉSZÁROS, I. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.